



IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EVOLUÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG

Marcelo A. MOREIRA¹; José Pereira da SILVA Jr²; Katia A. CAMPOS³

RESUMO

O presente artigo analisa os impactos do Programa Bolsa Família sobre a evolução escolar dos alunos concluintes do Ensino Fundamental e Médio, em Alfenas, Minas Gerais, no ano de 2014. O grupo de estudo foi formado pelos beneficiários do programa, e o de controle, pelos não-beneficiários. Após a análise estatística dos resultados, concluiu-se que os alunos bolsistas em geral se equipararam aos não-bolsistas. O resultado mais expressivo foi a relação entre ser bolsista do 9º ano e ser aprovado.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da globalização, impulsionada pelo meio técnico-científico-informacional, e o advento do capitalismo, o cenário mundial passou por uma série de transformações que proporcionaram o beneficiamento demasiado de uns em detrimento de outros. Como marca desse descompasso podemos citar a desigualdade social, a falta de qualidade em serviços de educação e saúde em boa parte dos países subdesenvolvidos e a má distribuição de renda, que assolam as classes mais baixas e acentuam a pobreza. Nesse sentido, desde o século XX, os governos dos países, principalmente em desenvolvimento, passaram a se preocupar

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado. Machado/MG - E-mail: marcelomoreira070@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado. Machado /MG. E-mail: jose.pereira@ifsuldeminas.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado. Machado /MG. E-mail: katia.alves@ifsuldeminas.edu.br

com essa problemática, criando programas de distribuição direta de renda a fim de complementar o faturamento de pessoas carentes e diminuir a miséria.

No Brasil, um dos principais programas de transferência de renda é o Bolsa Família (PBF), que, além de contribuir com o aumento da renda de mais de 14 milhões de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, também atua de modo a incentivar a permanência dos beneficiados no ambiente escolar, para que assim possam ter maiores possibilidades de competir posteriormente no mercado de trabalho e melhorar os rendimentos na vida adulta (BRASIL, 2014).

Entretanto, sabe-se que há uma grande discussão em torno da questão educacional brasileira, atrelada ao assunto do PBF, pois, apesar de existir hoje uma ideologia de promover a universalização da educação, há críticas à qualidade do ensino ofertado nas escolas do país, à fiscalização do programa e à filosofia das condicionalidades exigidas, como já observou o sociólogo brasileiro Simon Schwartzman (2009).

Com base nisso, foi analisado através deste trabalho, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o impacto do PBF na educação em Alfenas, Minas Gerais. Esse município representa um importante centro econômico da mesorregião Sul e Sudoeste do estado e também demonstra significativos avanços nos indicadores educacionais, com algumas das escolas com maior nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do Sul de Minas Gerais (INEP, 2014).

A pesquisa teve como objetivo verificar se o programa está promovendo, além da inclusão, a permanência do aluno e a progressão no sistema educacional, observada por meio da comparação entre três índices: o percentual de aprovação, o tempo de bolsa oferecida e o desnível entre idade e série cursada.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a execução da pesquisa, foi estabelecida uma parceria junto à Secretaria Municipal de Educação, à Central do PBF e às escolas de 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio do município. A justificativa para a escolha dessa população de estudo é que é nestas séries onde ocorre o maior índice de evasão e retenção escolar, pois os alunos concluem os níveis fundamental e médio de ensino e estão sujeitos à reprovação no sistema de ciclos de aprendizagem.

A separação para a comparação ocorreu entre beneficiários e não-beneficiários. As variáveis escolhidas para o estudo foram idade, sexo, etnia, zona de moradia, série escolar, turno, frequência e tempo de bolsa. A escolha dessas variáveis justifica-se pela necessidade de estabelecer uma análise dos perfis dos estudantes envolvidos e, conseqüentemente, uma interpretação dos impactos do PBF na vida escolar, através da análise de desnível idade/série cursada (Equação 1), calculado conforme proposto por Machado e Gonzaga (2007).

$$\begin{aligned} D_{i,\pi} &= 1 \text{ se } \frac{EDUC_{i,\pi}}{Idade_{i,\pi}-6} \geq 1 \\ D_{i,\pi} &= 0 \text{ se } \frac{EDUC_{i,\pi}}{Idade_{i,\pi}-6} < 1 \end{aligned} \quad (1)$$

Nessa equação, D representa a defasagem do estudante (i) em determinado período da vida escolar (π). No caso, $\pi = 9$ ou 12 que corresponderão respectivamente ao 9º ano do Ensino Fundamental e ao 3º ano do Ensino Médio. O termo $EDUC_{i,\pi}$ corresponde aos anos de estudo do aluno (i) no período (π) e $Idade_{i,\pi}$ refere-se à idade do estudante (i) no início do ano letivo.

Para a análise da associação entre variáveis (Tempo de Bolsa X Gênero, Turno e Zona de Moradia), foi estimado o Coeficiente de Contingência de Pearson (C^*) (Equação 2), e a tendência foi estudada por meio de ajustes de retas entre as variáveis dependentes - idade e desnível idade/série cursada - e a variável independente - tempo de participação no PBF.

$$C = \sqrt{\frac{\chi^2}{\chi^2 + N}} \quad (2)$$

Na equação acima, N é o tamanho da amostra e C uma estimativa de comparação entre os valores observados e esperados para cada tabela de dupla entrada construída; o valor do coeficiente após padronização pode assumir os valores no intervalo $[0,1[$.

Todos os cálculos efetuados, inclusive a criação das tabelas de frequências e regressões e a construção de gráficos de análise, foram possíveis com a utilização de planilhas eletrônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização do trabalho, foram selecionados os dados de 1.190 alunos de sete escolas de zona urbana e duas de zona rural, que correspondem a 19,7%

do total de alunos dos anos finais do ensino fundamental e de todo o ensino médio do município, segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2011). A amostragem final, porém, contou com 940 alunos (850 de zona urbana e 90 de zona rural), que representam 79% da população inicial, uma vez que uma das escolas não forneceu a informação principal para as comparações: a participação no programa.

Com a análise dos dados, foi possível perceber que há pouca diferença entre a distribuição entre os gêneros, as mulheres representavam 50,8%. A comparação de gênero também foi aplicada entre os bolsistas e não-bolsistas e verificou-se que quase não existe associação entre estas características, pois o valor estimado para o coeficiente de contingência de Pearson (C^*) foi de 0,06.

Observou-se ainda que a maioria dos alunos estuda no período matutino (89,4%) e uma pequena parcela à noite (3,5%). A separação entre os turnos - manhã, tarde e noite - foi observada também entre bolsistas e não-bolsistas ($C^*=0,11$).

O número mais significativo de estudantes foi encontrado na zona urbana, com um percentual de 90,4%. Quando analisado o C^* entre bolsistas e não-bolsistas e zona de estudo (se urbana ou rural), obtém-se um valor de 0,12.

Quanto à série de estudo, verificou-se que a maioria dos alunos é de 9º ano (63,9%) e que a associação dessa variável com a variável bolsa (se beneficiários ou não) é de 0,19. Apesar de esse valor ser aparentemente significativo, uma provável explicação é o fato de os alunos no 3º ano, quando acima de 18 anos, não poderem mais receber bolsa.

Ao estudar-se a variável idade, constatou-se que a média de idade dos alunos do 9º ano foi de 15,7 anos e a de 3º ano foi de 18,0 anos. Um dado digno de nota é que 89,7% dos estudantes concluíram o ensino médio antes dos 19 anos, valor superior ao calculado por Benatti (2014) para o Brasil, que foi de 54,3% de concluintes.

Ademais, foram observados os resultados escolares dos pesquisados (aprovação, reprovação, desistência e transferência): 5,5% alunos foram reprovados (67% no 9º ano e 33% no 3º ano), sendo destes 32% beneficiários (76,4% somente no 9º ano); 6,1% dos alunos desistiram - 62% no 9º ano e 38% no 3º ano - e, destes, 12% eram beneficiários (57,1% no 9º ano); ainda, 7,8% dos alunos foram transferidos (64,8% no 9º ano e 35,2% no 3º ano) e, destes, 12,1% eram

beneficiários (58,3% somente no 9º ano). Pode-se confirmar a associação positiva entre ser bolsista e ser aprovado no 9º ano ($C^*=0,20$).

A análise da frequência não produziu resultados significativos para a comparação bolsistas X não-bolsistas, tendo em vista que a maior parte dos alunos (quase 100%), excluindo-se os transferidos e desistentes, cumpriu a frequência exigida para a não reprovação por faltas e/ou permanência no programa.

Já em relação ao tempo de bolsa, houve uma tendência decrescente quando analisado em comparação com o nível entre série cursada e idade, ou seja, quanto maior o tempo de bolsa, maior é a idade do aluno. Entretanto, quando observado o grupo em desnível, constatou-se que não há diferenças entre os bolsistas e não-bolsistas ($C^*=0,00$). O mesmo acontece para a relação entre a idade e o tempo de bolsa.

CONCLUSÕES

Com base na análise dos dados, foi possível concluir que o Bolsa Família, embora seja um importante programa de transferência de renda, não apresentou resultados significativos em relação às variáveis estudadas. O resultado mais expressivo foi a relação entre ser bolsista e ser aprovado no 9º ano. No entanto, esses resultados podem significar, por outro lado, que o programa tem servido para igualar as condições de permanência, aprovação e continuidade de estudos na idade esperada entre bolsistas e não-bolsistas, principalmente quando se leva em consideração que a população beneficiada pelo programa é a que enfrenta as condições socioeconômicas mais desfavoráveis.

REFERÊNCIAS

BENATTI, Bárbara. **Apenas 54,3% dos jovens brasileiros concluem o Ensino Médio até os 19 anos**. Todos pela Educação. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 18 ago. 2015.

BICHIR, R. M. **O Bolsa Família na Berlinda?** Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 115-129, jul./2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Bolsa Família. **Condicionalidades de Educação**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-educacao%20>>. Acesso em 22 jul. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Indicadores Sociais Municipais:** uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em 18 ago. 2015.

IDEB 2014. **Resultados e Metas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em:

<<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2015.

MACHADO, D. C.; GONZAGA, G. **O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil.** Revista Brasileira de Economia, n.61, p. 449-476, 2007.

SCHWARTZMAN, S. **Bolsa Família:** mitos e realidades. Interesse Nacional, v.2, n.7, dez. 2009. p.20-28. Disponível em:

<<http://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2015.